

N.F. Nº - 210613.0567/23-6
NOTIFICADO - AVVIO INDÚSTRIA & CIA LTDA.
NOTIFICANTE - HILTON MARINHO SILVA CAVALCANTE
ORIGEM - DAT SUL / IFMT / POSTO FISCAL BENITO GAMA
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 10.09.2024

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0185-05/24NF-VD**

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS. Falta de recolhimento do ICMS Antecipação Tributária Parcial da mercadoria **Etanol Hidratado** destinado à industrialização conforme art. 296 do RICMS/BA/12 antes da entrada de mercadorias no Estado da Bahia. Infração subsistente. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, **Trânsito de Mercadorias**, lavrada em 06/12/2023, exige da Notificada ICMS no valor histórico de R\$ 1.630,80, mais multa de 60%, no valor de R\$ 978,48 totalizando o montante de R\$ 2.609,28, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 - 054.005.008: Falta de recolhimento do ICMS, referente à **antecipação tributária parcial**, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Na peça acusatória o Notificante descreve os fatos que se trata de:

“Refere-se à Antecipação Parcial do álcool para outros fins acobertados pelo DANFE de nº 5.685, procedente de outra unidade da federação e destinado a contribuinte industrial, sem a devida antecipação do ICMS conforme previsto no artigo 296 do RICMS/BA “

Anexo aos autos, dentre outros, encontram-se **cópias dos seguintes documentos:** a Notificação Fiscal de nº 210613.0567/23-6, devidamente assinada pelo Auditor Fiscal (fl. 01); o Demonstrativo de Débito (fl. 02), (fl. 03); o **Termo de Ocorrência Fiscal de nº 232201.1234/23-8, lavrado na data de 04/12/2023** (fls. 03 e 04); a cópia do DANFE de nº 005.685 (fl. 05), emitido pela Empresa Etil Comércio de Produtos Químicos LTDA **na data 29/11/2023**, Venda de Mercadoria Adquirida ou Recebida de Terceiros, procedente do **Estado de São Paulo**, carreando a mercadoria de NCM de **nº 2207.10.90 (Etanol Hidratado)**; o Documento Auxiliar de Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais – DACTE de nº 30.924 (fl. 06); documentos do veículo e do motorista (fl. 07).

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de Representante, manifestando impugnação apensada aos autos (fl. 09), protocolizada no CONSEF/COORDENAÇÃO/ADMINIST na data de 29/04/2023 (fl. 08).

Em seu arrazoado, a Notificada informou que a Notificação Fiscal lavrada em 23/02/2024 não tem procedência, pois a matéria-prima da Nota Fiscal de nº 5.685 adquirida em 29/11/2023 se trata de material para compor no processo de produção de 04 produtos acabados, sendo eles: Cerocasp Shampoo, Deo Colônia Lavanda, Perriossept e Seiva de Alfazema, todos estes produtos acabados contém em sua composição álcool especificado na nota fiscal acima mencionada.

Verifico que por ter sido revogado o art. 53 do RPAF/99 através de norma publicada em 18/08/2018, referente ao Decreto de nº 18.558/18, não consta a Informação Fiscal.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal, **Trânsito de Mercadorias**, lavrada em **06/12/2023**, exige da Notificada ICMS no valor histórico de **R\$ 1.630,80**, mais multa de 60%, no valor de **R\$ 978,48** totalizando o montante de **R\$ 2.609,28** em, em decorrência do cometimento da Infração (54.05.08) **da falta de recolhimento do ICMS** referente à **antecipação tributária parcial, antes da entrada do território deste Estado**, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preenche os requisitos na legislação fiscal.

O enquadramento legal seguiu a Infração tipificada referenciando à alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, **c/c art. 12-A**; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Inicialmente, constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi constatada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade da Notificação Fiscal.

Em apertada síntese, no mérito, a Notificada consignou que o produto **Etanol Hidratado** adquirido na Nota Fiscal de nº 5.685 se trata de material para compor no processo de produção de 04 produtos acabados que contêm em sua composição o álcool especificado.

Tem-se que a presente Notificação Fiscal resultou de uma ação de fiscalização realizada por Autoridade Fiscal do Posto Fiscal Benito Gama, relacionado ao **DANFE de nº 5.685** (fl. 05), emitido pela Empresa Etil Comércio de Produtos Químicos LTDA **na data 29/11/2023**, Venda de Mercadoria Adquirida ou Recebida de Terceiros, procedente do **Estado de São Paulo**, carreando a mercadoria de NCM de nº **2207.10.90 (Etanol Hidratado)**, **sem o pagamento da Antecipação Parcial, antes da entrada no Estado da Bahia**, conforme disposto **inciso III, alínea “b”** do art. 332 do RICMS/BA/12 observado o disposto no artigo 296 do RICMS/BA/12.

***Art. 296.** Será exigida dos estabelecimentos industriais e comerciais a antecipação parcial do imposto nas entradas de álcool não destinado ao uso automotivo, transportado a granel, antes da entrada no território deste Estado, observando-se o seguinte:*

***I** - o valor do imposto será aquele resultante da aplicação da alíquota prevista para o produto nas operações internas sobre o valor da operação ou valor estabelecido em pauta fiscal, prevalecendo o que for maior, deduzindo o valor resultante da aplicação da alíquota interestadual sobre o valor da operação;*

***II** - o Documento de Arrecadação Estadual, devidamente quitado, deverá acompanhar a mercadoria na respectiva circulação;*

***III** - o número de autenticação bancária do documento de arrecadação deverá ser indicado no campo “Dados Adicionais” da nota fiscal de saída e o número desta no campo “Informações Complementares” do respectivo documento de arrecadação.*

Constato que os produtos adquiridos pela Notificada têm base de cálculo do imposto acrescida de MVA, pois há previsão do NCM de nº **2207.10.90 (Etanol Hidratado)** em Convênio, Protocolo, assim como no RICMS-BA/12, particularmente no seu Anexo I.

6.0 COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES:						
6.1	06.001.01	2207.10.9	Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoólico em volume igual ou superior a 80% vol. - outros (álcool etílico hidratado combustível)	Conv. ICMS 110/07 – Todos	As indicadas no Ato COTEPE 61/19 ou o PMPF, o que for maior	As indicadas no Ato COTEPE 61/19 ou o PMPF, o que for maior

Entretanto, no presente caso concreto a Notificada é uma indústria que utiliza o etanol (álcool

etílico) como insumo no seu processo produtivo, ou seja, embora seja uma operação com álcool etílico hidratado combustível o fim deste não se destina à comercialização como combustível e sim com o propósito de não-combustíveis sendo tratado de forma específica através do Protocolo ICMS de nº 17/04 que estabelece procedimentos nas operações com álcool etílico hidratado combustível - AEHC e álcool para fins não-combustíveis que especifica, e signatários apenas os Estado de **Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Sergipe**.

O referido protocolo estabelece que o estabelecimento industrial ou comercial **que promover saída interna ou interestadual** de AEHC ou de álcool para fins não-combustíveis, **antes de iniciada a remessa, efetuará o recolhimento do imposto** destacado na Nota Fiscal relativa à operação de saída, observando-se que o imposto a ser recolhido **antecipadamente será calculado** tomando-se por base **o valor da operação ou o valor de referência estabelecido na legislação estadual**, prevalecendo o que for maior, aplicando-se a alíquota vigente para as operações internas ou interestaduais, conforme o caso sendo o recolhimento do imposto realizado mediante **documento de arrecadação específico**, devendo o **mencionado documento, devidamente quitado**, acompanhar a mercadoria.

Assim nas aquisições de **Estado não signatário**, como no presente caso de São Paulo, a **Notificada (adquirente) deveria ter feito o recolhimento antes da entrada** do produto no território do Estado.

Do deslindado, entendo que a ação fiscal realizada pelo Notificante, seguiu-se o que estabelece a legislação fiscal referente à cobrança da Antecipação Parcial do ICMS, **antes da entrada no** território deste Estado, assim sendo julgo PROCEDENTE a Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal de nº **210613.0567/23-6**, lavrada contra **AVVIO INDÚSTRIA & CIA LTDA.**, devendo ser intimada a Notificada para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 1.630,80**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “d” da Lei de nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 07 de agosto de 2024.

ILDEMAR JOSÉ LANDIN - PRESIDENTE

EDUARDO DUTRA FREITAS – RELATOR